

ABREVIATURAS.....	7
1. DIREITO ADMINISTRATIVO.....	31
1.1 Origem e histórico .....	31
1.2 Conceito .....	32
1.3 Fontes .....	34
1.3.1 Introdução.....	34
1.3.2 Lei.....	36
1.3.3 Jurisprudência .....	36
1.3.4 Doutrina.....	37
1.3.5 Costume .....	37
1.3.6 Princípios gerais do direito .....	38
1.4 Objeto, autonomia e relação com outros ramos do Direito .....	39
1.5 Interpretação .....	41
1.6 Competência legislativa .....	42
1.7 Regime jurídico-administrativo .....	43
2 ESTADO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	47
2.1 Estado .....	47
2.1 Funções estatais .....	50
2.2 Função administrativa .....	51
2.3 Conceito de Administração Pública .....	52
2.4 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração.....	53
3 PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	57
3.1 Introdução: normas, princípios e regras .....	57
3.2 Abrangência e fundamento dos princípios.....	58
3.3 Princípios constitucionais expressos da Administração Pública .....	59
3.3.1 Princípio da legalidade .....	59
3.3.2 Princípio da impessoalidade .....	60
3.3.3 Princípio da moralidade .....	61
3.3.4 Princípio da publicidade .....	63
3.3.5 Princípio da eficiência .....	65
3.4 Outros princípios da Administração Pública .....	67
3.4.1 Princípio da supremacia do interesse público .....	67
3.4.2 Princípio da indisponibilidade do interesse público .....	70

3.4.3 Princípio da autotutela .....	70
3.4.4 Princípio da especialidade.....	72
3.4.5 Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade .....	73
3.4.6 Princípio da motivação .....	75
3.4.7 Princípio da segurança jurídica .....	76
3.4.8 Princípio da continuidade .....	78
3.4.9 Princípios da presunção de legalidade, presunção de legitimidade e presunção de veracidade .....	79
3.4.10 Princípio da finalidade .....	81
3.4.11 Princípios do devido processo legal, do contraditório e ampla defesa, e do juiz natural .....	82
3.5 Controle da violação aos princípios .....	84
<b>4. ÓRGÃOS PÚBLICOS.....</b>	<b>87</b>
4.1 Introdução .....	87
4.2 Teorias .....	87
4.3 Conceito e características .....	88
4.4 Classificação.....	90
4.5 Relação entre órgão, cargo, função e agente .....	91
<b>5 ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.....</b>	<b>93</b>
5.1 A Administração Pública brasileira .....	93
5.2 Administração Direta.....	96
5.3 Administração Indireta.....	97
5.3.1 Introdução.....	97
5.3.2 Controle e fiscalização.....	99
5.4 Autarquias .....	99
5.4.1 Conceito.....	99
5.4.2 Classificação .....	100
5.4.3 Criação e extinção .....	100
5.4.4 Características.....	100
5.4.5 Tributação e aplicação com economia de despesas.....	102
5.4.6 Dirigentes e regime de pessoal .....	103
5.4.7 Controle e fiscalização.....	104
5.4.8 Autarquias especiais.....	104
5.5 Agências reguladoras.....	106
5.5.1 Origem, fundamento constitucional, fundamento legal, finalidade e natureza jurídica .....	106
5.5.2 Dirigentes e regime de pessoal .....	107
5.5.3 Características e críticas.....	108
5.6 Fundações públicas.....	110
5.6.1 Introdução.....	110
5.6.2 Fundação e associação .....	110
5.6.3 Conceito e criação .....	111
5.6.4 Administração Indireta e fundações.....	112
5.6.5 Fundamento legal e natureza jurídica.....	112
5.6.6 Tributação e aplicação com economia de despesas.....	114

5.6.7 Fundações universitárias.....	114
5.6.8 Características.....	115
5.6.9 Regime de pessoal.....	116
5.6.10 Controle e fiscalização.....	117
5.6.11 Responsabilidade civil.....	118
5.7 Agências Executivas.....	119
5.8 Empresas estatais.....	120
5.8.1 Criação e regime jurídico.....	120
5.8.2 Características.....	121
5.8.3 Licitação e contrato.....	122
5.8.4 Classificação.....	123
5.8.5 Tributação.....	123
5.8.6 Patrimônio.....	124
5.8.7 Regime de pessoal e dirigentes.....	125
5.8.8 Falência e extinção.....	126
5.8.9 Privatização.....	126
5.8.10 Controle.....	127
5.8.11 Empresas públicas.....	128
5.8.12 Sociedades de economia mista.....	129
5.8.13 Empresa controlada, estatal dependente e subsidiária.....	130
5.9 Paraestatais.....	132
5.9.1 Introdução.....	132
5.9.2 Ordens e conselhos profissionais.....	133
5.9.3 Fundações de apoio.....	134
5.9.4 Serviços sociais autônomos.....	134
5.9.5 Organizações sociais.....	136
5.9.6 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCPs).....	137
6 SERVIDORES PÚBLICOS.....	139
6.1 Introdução.....	139
6.2 Legislação.....	139
6.3 Regime jurídico.....	140
6.3.1 Regime Jurídico Único.....	140
6.3.2 Regime celetista.....	141
6.3.3 Regime especial.....	141
6.4 Servidor, agente, funcionário e empregado.....	142
6.4.1 Terminologia.....	142
6.4.2 Classificação.....	143
6.5 Cargo, emprego e função.....	144
6.5.1 Introdução.....	144
6.5.2 Criação e extinção.....	144
6.5.3 Acessibilidade.....	146
6.6 Cargo público.....	146
6.6.1 Conceito.....	146

6.6.2 Classificação .....	146
6.6.3 Quadro, classes e carreiras .....	147
6.6.4 Concurso público: cargo, emprego e função .....	147
6.6.4.1 Regra e exceções .....	147
6.6.4.2 Prazo de validade e alteração do edital .....	148
6.6.4.3 Celetistas: empresas públicas e sociedades de economia mista .....	149
6.6.4.4 Anulação e revogação do concurso .....	149
6.6.5 Provimento e investidura .....	150
6.6.5.1 Sentidos e espécies .....	150
6.6.5.2 Requisitos para investidura .....	151
6.6.5.3 Formas de provimento .....	152
6.6.5.3.1 Introdução .....	152
6.6.5.3.2 Nomeação .....	152
6.6.5.3.2 Promoção .....	152
6.6.5.3.3 Readaptação .....	153
6.6.5.3.4 Reversão .....	153
6.6.5.3.5 Reintegração .....	154
6.6.5.3.6 Recondução .....	154
6.6.5.3.7 Aproveitamento .....	155
6.6.5.3.8 Remoção .....	155
6.6.5.3.9 Redistribuição .....	156
6.6.5.4 Posse e exercício .....	156
6.6.5.5 Estágio probatório .....	157
6.6.5.6 Estabilidade .....	158
6.6.5.7 Disponibilidade .....	161
6.6.6 Vacância .....	162
6.6.6.1 Introdução .....	162
6.6.6.2 Exoneração e demissão .....	162
6.6.7 Substituição .....	164
6.6.8 Contratação temporária .....	164
6.6.9 Cargo em comissão e função de confiança .....	165
6.6.10 Cargo vitalício e vitaliciedade .....	166
6.6.11 Acumulação de cargos .....	168
6.7 Direitos e vantagens .....	169
6.7.1 Fundamento constitucional e fundamento legal .....	169
6.7.2 Sindicalização .....	170
6.7.3 Greve .....	171
6.7.4 Sistema remuneratório .....	172
6.7.4.1 Vencimentos e subsídios .....	172
6.7.4.2 Natureza jurídica .....	172
6.7.4.3 Fixação e revisão .....	173
6.7.4.4 Limites: teto e subteto .....	175
6.7.4.5 Irredutibilidade .....	176
6.7.5 Indenizações, adicionais e gratificações .....	177

6.7.6 Férias e adicional de férias .....	179
6.7.7 Gratificação natalina ou décimo terceiro salário .....	180
6.7.8 Licenças .....	180
6.7.9 Afastamentos .....	181
6.7.10 Concessões .....	182
6.7.11 Tempo de serviço .....	183
6.8 Deveres e proibições .....	184
6.9 Responsabilidade civil do servidor.....	186
6.10 Competência jurisdicional.....	187
6.11 Previdência Social .....	187
6.11.1 Regime previdenciário geral e regime previdenciário próprio do servidor .....	187
6.11.2 Benefícios .....	189
6.11.3 Aposentadoria .....	189
6.11.3.1 Introdução .....	189
6.11.3.2. Espécies com base no regime previdenciário atual.....	193
6.11.3.3 Regras de transição .....	194
6.11.3.4 Proventos: cálculo, reajustamento e limites .....	194
6.11.3.5 Acumulação de vencimentos e proventos .....	195
6.11.3.6 Aposentadorias especiais .....	196
6.11.3.7 Contribuição sobre proventos .....	197
6.11.3.8 Abono de permanência .....	197
6.11.3.9 Cassação .....	197
6.11.4 Gratificação natalina ou décimo terceiro salário .....	198
6.11.5 Salário-família .....	198
6.11.6 Auxílio-natalidade .....	199
6.11.7 Pensão por morte .....	199
6.11.8 Auxílio-funeral .....	201
6.11.9 Auxílio-reclusão .....	201
6.11.10 Assistência à saúde .....	202
6.12 Previdência complementar .....	202
7 PODERES ADMINISTRATIVOS .....	205
7.1 Poder-dever.....	205
7.2 Conceito e características.....	206
7.3 Espécies .....	206
7.3.1 Poder vinculado.....	206
7.3.2 Poder discricionário .....	207
7.3.3 Poder hierárquico .....	209
7.3.4 Poder disciplinar.....	211
7.3.5 Poder regulamentar ou normativo.....	212
7.3.6 Poder de polícia .....	214
7.3.6.1 Conceito e fundamento .....	214
7.3.6.2 Polícia administrativa e polícia judiciária.....	215
7.3.6.3 Características e atributos.....	215

7.3.6.4 Objeto, limites e controle.....	216
7.3.6.5 Meios de atuação .....	217
7.3.6.6 Sanções .....	218
7.3.6.7 Alvarás de licença e de autorização .....	219
7.3.6.8 Contraditório e ampla defesa .....	220
7.3.6.9 Entidades exercentes .....	220
7.3.6.10 Indelegabilidade.....	221
7.3.6.11 Prescrição .....	221
7.3.6.12 Estado de defesa e estado de sítio.....	222
7.4 Teoria do desvio de poder .....	222
<b>8 ATOS ADMINISTRATIVOS .....</b>	<b>225</b>
8.1 Atos legislativos, atos judiciais, atos administrativos e atos de governo .....	225
8.2 Atos jurídicos, negócios jurídicos e fatos da Administração.....	226
8.3 Atos administrativos e atos da Administração.....	227
8.4 Conceito e regime jurídico .....	228
8.5 Elementos e pressupostos .....	229
8.5.1 Competência .....	229
8.5.2 Objeto .....	230
8.5.3 Motivo .....	230
8.5.4 Finalidade .....	232
8.5.5 Forma.....	233
8.5.6 Sujeito e vontade .....	233
8.5.7 Mérito do ato administrativo e teoria dos motivos determinantes.....	234
8.6 Existência, validade e eficácia .....	235
8.6.1 Existência .....	236
8.6.2 Validade.....	236
8.6.3 Eficácia .....	237
8.6.4 Ato administrativo perfeito .....	238
8.7 Atributos.....	239
8.7.1 Presunção de legitimidade, presunção de legalidade e presunção de veracidade .....	239
8.7.2 Autoexecutoriedade .....	240
8.7.3 Imperatividade .....	241
8.7.4 Exigibilidade .....	241
8.8 Classificação dos atos administrativos .....	241
8.8.1 Quanto aos destinatários.....	242
8.8.2 Quanto ao alcance .....	242
8.8.3 Quanto ao objeto .....	243
8.8.4 Quanto ao regramento.....	243
8.8.5 Quanto à composição da vontade .....	244
8.8.6 Quanto ao conteúdo.....	245
8.8.7 Quanto à eficácia .....	246
8.8.8 Quanto à exequibilidade .....	246
8.8.9 Quanto à retratabilidade .....	246

8.8.10 Quanto ao modo de execução.....	246
8.8.11 Quanto ao objetivo .....	247
8.8.12 Quanto à natureza do conteúdo.....	247
8.8.13 Quanto à forma de expressão .....	247
8.8.14 Quanto ao fim e ao objeto .....	254
8.9 Extinção dos atos administrativos .....	255
8.9.1 Exaurimento ou cumprimento dos efeitos .....	255
8.9.2 Desaparecimento do sujeito ou do objeto e recusa do beneficiário.....	256
8.9.3 Cassação .....	256
8.9.4 Caducidade ou decaimento .....	256
8.9.5 Contraposição .....	257
8.9.6 Retirada e retratação .....	257
8.9.7 Revogação .....	257
8.9.8 Anulação ou invalidação .....	258
8.9.8.1 Terminologia .....	258
8.9.8.2 Teoria das nulidades no Direito Administrativo: atos nulos, atos anuláveis e atos inexistentes.....	258
8.9.8.3 Motivos e efeitos .....	259
8.9.8.4 Limites .....	261
8.9.8.5 Convalidação.....	261
8.10 Controle dos atos da Administração.....	262
9 LICITAÇÕES E CONTRATOS .....	263
9.1 Introdução .....	263
9.2 Competência legislativa e fundamento legal .....	263
9.3 Normas especiais: Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), área estratégica de defesa e sistemas de defesa.....	266
9.4 Licitação .....	268
9.4.1 Conceito e finalidade .....	268
9.4.2 Princípios .....	268
9.4.2.1 Introdução .....	268
9.4.2.2 Princípio da isonomia ou da igualdade .....	270
9.4.2.3 Princípio da vinculação ao instrumento convocatório.....	271
9.4.2.4 Princípio do julgamento objetivo .....	272
9.4.2.5 Princípio da competitividade e princípio da padronização .....	272
9.4.2.6 Princípio do procedimento formal.....	273
9.4.2.7 Princípio do sigilo na apresentação das propostas .....	274
9.4.3 Objeto .....	274
9.4.3.1 Obras e serviços .....	274
9.4.3.1.1 Requisitos .....	274
9.4.3.1.2 Vedações e sanções.....	275
9.4.3.1.3 Execução - formas .....	276
9.4.3.1.4 Serviços técnicos profissionais especializados .....	277
9.4.3.2 Compras .....	277
9.4.3.3 Alienações .....	278

9.4.3.3.1 Imóveis .....	278
9.4.3.3.2 Móveis .....	279
9.4.3.3.3 Doação com encargo e bens derivados de procedimentos judiciais ou dação em pagamento .....	279
9.4.4 Obrigatoriedade .....	279
9.4.5 Contratação direta .....	281
9.4.5.1 Introdução .....	281
9.4.5.2 Licitação dispensada .....	281
9.4.5.3 Licitação dispensável .....	283
9.4.5.4 Licitação inexigível .....	287
9.4.6 Modalidades de licitação .....	288
9.4.6.1 Introdução .....	288
9.4.6.2 Concorrência .....	289
9.4.6.2.1 Conceito e cabimento .....	289
9.4.6.2.2 Concorrência internacional .....	290
9.4.6.2.3 Pré-qualificação .....	290
9.4.6.3 Tomada de preços .....	291
9.4.6.4 Convite .....	291
9.4.6.5 Concurso .....	292
9.4.6.6 Leilão .....	292
9.4.6.7 Pregão .....	293
9.4.6.7.1 Criação, espécies e objeto .....	293
9.4.6.7.2 Fase interna e fase externa .....	294
9.4.6.7.3 Especificidades .....	297
9.4.6.8 Consulta e pregão .....	298
9.4.6.9 Definição da modalidade .....	299
9.4.7 Procedimento .....	300
9.4.7.1 Fase interna e e fase externa .....	300
9.4.7.2 Abertura ou instauração .....	301
9.4.7.2.1 Audiência pública .....	301
9.4.7.2.2 Edital .....	301
9.4.7.2.3 Carta-convite .....	303
9.4.7.3 Habilitação e inabilitação .....	304
9.4.7.3.1 Habilitação .....	304
9.4.7.3.2 Inabilitação .....	307
9.4.7.4 Registro Cadastral .....	307
9.4.7.5 Classificação e desclassificação .....	308
9.4.7.6 Julgamento e processo .....	309
9.4.7.6.1 Introdução .....	309
9.4.7.6.2 Comissão de Licitação .....	310
9.4.7.6.3 Tipos de licitação .....	311
9.4.7.6.4 Empate entre as propostas .....	312
9.4.7.7 Homologação .....	313
9.4.7.8 Adjudicação .....	313
9.4.8 Invalidação da licitação e do contrato: revogação e anulação .....	314



9.4.9 Local da realização e moeda utilizada.....	316
9.5 Contratos administrativos.....	316
9.5.1 Regime jurídico.....	316
9.5.2 Prerrogativas da Administração e cláusulas exorbitantes.....	317
9.5.2.1 Introdução.....	317
9.5.2.2 Alteração unilateral e equilíbrio econômico-financeiro.....	318
9.5.2.3 Rescisão unilateral.....	320
9.5.2.4 Inoponibilidade da exceção de contrato não cumprido.....	321
9.5.2.5 Fiscalização da execução.....	321
9.5.2.6 Sanções ou penalidades administrativas.....	322
9.5.3 Conceito, características, formalidades, cláusulas obrigatórias e foro.....	323
9.5.4 Garantias.....	325
9.5.5 Prazo de duração.....	325
9.5.6 Espécies de contratos administrativos.....	327
9.5.6.1 Contrato de obra, serviço, compra, alienação, concessão e permissão.....	327
9.5.6.2 Contrato de seguro, financiamento e locação.....	328
9.5.6.3 Consórcio.....	328
9.5.6.3.1 Consórcio de empresas.....	328
9.5.6.3.2 Consórcio administrativo.....	329
9.5.6.3.3 Consórcio público.....	329
9.5.6.4 Convênio.....	331
9.5.6.5 Protocolo.....	332
9.5.6.6 Contrato de gerenciamento.....	333
9.5.6.7 Contrato de gestão.....	333
9.5.6.8 Contrato de programa.....	333
9.5.6.9 Termo de parceria.....	334
9.5.6.10 Contrato de repasse.....	334
9.5.6.11 Contrato de rateio.....	335
9.5.7 Formalização dos contratos.....	335
9.5.7.1 Forma e local.....	335
9.5.7.2 Requisitos.....	335
9.5.8 Alteração ou modificação dos contratos.....	336
9.5.9 Execução dos contratos.....	337
9.5.9.1 Cumprimento, acompanhamento, responsabilidade e subcontratação.....	337
9.5.9.2 Recebimento do objeto do contrato.....	338
9.5.10 Extinção do contrato administrativo.....	338
9.5.11 Rescisão.....	339
9.5.11.1 Conceito e motivos.....	339
9.5.11.2 Formas.....	340
9.5.11.3 Ressarcimento e consequências.....	341
9.6 Controle e recursos administrativos das licitações e contratos.....	342
9.6.1 Controle pelo licitante, cidadão e Tribunal de Contas.....	342
9.6.2 Recursos administrativos.....	343

10 SERVIÇOS PÚBLICOS .....	345
10.1 Introdução e conceito .....	345
10.2 Fundamento legal e competência .....	346
10.3 Regulamentação e controle .....	346
10.4 Classificação .....	347
10.5 Serviços ou atividades essenciais e direito de greve .....	348
10.6 Serviço adequado.....	349
10.7 Direitos e obrigações dos usuários .....	350
10.8 Formas de prestação.....	351
11 CONCESSÃO E PERMISSÃO .....	353
11.1 Concessão de Serviços Públicos .....	353
11.1.1 Introdução .....	353
11.1.2 Fundamento legal.....	353
11.1.3 Conceito.....	354
11.1.4 Natureza jurídica da concessão .....	355
11.1.5 Espécies de concessão.....	355
11.1.5.1 Concessão de obra pública, de serviço público e de serviço público precedido de obra pública .....	356
11.1.5.2 Concessão de Serviço de TV a Cabo.....	356
11.1.5.3 Concessão de serviços de telecomunicações e radiodifusão sonora e de sons e imagens .....	357
11.1.5.4 Parceria público-privada .....	358
11.1.5.5 Concessão patrocinada e concessão administrativa.....	359
11.1.5.6 Concessão florestal.....	360
11.1.5.7 Concessão de porto organizado .....	361
11.1.6 Patrimônio da concessionária, fiscalização, regulamentação, tributação, controle e arbitragem .....	361
11.1.7 Subconcessão, subcontratação e transferência da concessão.....	362
11.1.8 Política tarifária ou remuneração.....	362
11.1.9 Licitação nas concessões .....	363
11.1.9.1 Cláusulas essenciais .....	365
11.1.9.2 Responsabilidade civil.....	365
11.1.9.3 Encargos do concedente e da concessionária .....	366
11.1.9.4 Intervenção.....	367
11.1.9.5 Extinção da concessão.....	367
11.2 Permissão de serviços públicos .....	369
11.3 Autorização de serviços públicos.....	370
12 BENS PÚBLICOS.....	373
12.1 Terminologia.....	373
12.2 Domínio eminente.....	374
12.3 Conceito e caracterização .....	374
12.4 Fundamento legal.....	376
12.5 Classificação.....	376
12.5.1 Quanto à titularidade.....	376
12.5.2 Quanto à destinação .....	376

12.5.2.1 Bens de uso comum do povo.....	377
12.5.2.2 Bens de uso especial.....	378
12.5.2.3 Bens dominicais, dominiais ou patrimoniais .....	378
12.6 Afetação e desafetação.....	379
12.7 Regime jurídico .....	380
12.7.1 Inalienabilidade.....	381
12.7.2 Imprescritibilidade .....	382
12.7.3 Impenhorabilidade .....	382
12.7.4 Não-oneração .....	383
12.7.5 Imunidade de imposto .....	384
12.8 Titularidade.....	384
12.8.1 Bens da União.....	384
12.8.2 Bens dos Estados e do Distrito Federal .....	385
12.8.3 Bens dos Municípios .....	385
12.8.4 Bens de autarquias, fundações públicas e empresas estatais.....	386
12.9 Bens públicos em espécie .....	386
12.9.1 Águas .....	386
12.9.2 Terras indígenas.....	387
12.9.3 Terrenos de marinha, acrescidos e marginais ou reservados.....	388
12.9.4 Ilhas e praias .....	389
12.9.5 Zona Costeira .....	390
12.9.6 Faixas de fronteira .....	391
12.9.7 Plataforma continental, mar territorial, zona contígua e zona econômica exclusiva .....	391
12.9.8 Recursos minerais .....	392
12.9.9 Terras devolutas .....	393
12.9.8 Matas e florestas.....	395
12.10 Aquisição de bens pelo Poder Público .....	395
12.10.1 Introdução.....	395
12.10.2 Compra, doação, permuta, dação em pagamento, usucapião e renúncia à herança .....	395
12.10.3 Desapropriação, perdimento de bens e confisco .....	397
12.10.4 Preempção ou preferência .....	398
12.11 Alienação de bens públicos.....	398
12.12 Uso de bem público.....	401
12.12.1 Introdução .....	401
12.12.2 Uso comum de bem público .....	402
12.12.3 Uso privativo de bem público.....	402
12.12.3.1 Introdução .....	402
12.12.3.2 Autorização de uso.....	403
12.12.3.3 Permissão de uso .....	403
12.12.3.4 Concessão de uso.....	404
12.12.3.5 Concessão de direito real de uso .....	405
12.12.3.6 Concessão de uso especial para fins de moradia .....	407
12.12.3.7 Autorização de uso especial comercial.....	408
12.12.3.8 Cessão de uso .....	408

12.12.3.9 Enfitese ou aforamento .....	409
12.12.3.10 Locação .....	411
<b>13 INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE .....</b>	<b>413</b>
13.1 Introdução .....	413
13.2 Propriedade e função social.....	415
13.3 Requisição.....	416
13.4 Ocupação temporária .....	417
13.5 Servidão administrativa.....	418
13.6 Limitação administrativa.....	422
13.7 Tombamento .....	425
13.8 Desapropriação.....	430
13.8.1 Conceito e características.....	430
13.8.2 Fundamento constitucional e fundamento legislativo.....	431
13.8.3 Competência.....	433
13.8.4 Forma originária de aquisição da propriedade.....	434
13.8.5 Bens expropriáveis.....	434
13.8.6 Beneficiários.....	436
13.8.7 Declaração expropriatória.....	436
13.8.8 Procedimento expropriatório.....	437
13.8.9 Desapropriação por utilidade ou necessidade pública ou interesse social.....	438
13.8.9.1 Utilidade pública, necessidade pública e interesse social .....	439
13.8.9.2 Indenização prévia e justa.....	440
13.8.9.2.1 Sentido da expressão.....	440
13.8.9.2.2 Ação rescisória.....	441
13.8.9.2.3 Limite temporal para pagamento .....	441
13.8.9.2.4 Valor do bem.....	441
13.8.9.2.5 Honorários advocatícios.....	442
13.8.9.2.6 Correção monetária.....	442
13.8.9.2.7 Custas, despesas processuais e honorários periciais .....	443
13.8.9.2.8 Fundo de comércio e direitos de terceiros .....	443
13.8.9.2.9 Juros compensatórios .....	443
13.8.9.2.10 Juros moratórios .....	444
13.8.9.2.11 Pagamento - precatórios.....	445
13.8.9.2.12 Imposto sobre lucro imobiliário .....	445
13.8.9.3 Processo .....	446
13.8.9.3.1 Imissão provisória na posse - declaração de urgência .....	446
13.8.9.3.2 Citação, defesa, revelia e sentença .....	447
13.8.9.3.3 Retrocessão, tresdestinação e direito de preferência.....	448
13.8.9.4 Desistência da desapropriação .....	450
13.8.9.5 Desapropriação por zona .....	451
13.8.10 Desapropriação indireta .....	452
13.8.11 Desapropriação para reforma urbana .....	454
13.8.12 Desapropriação para reforma agrária .....	455

13.8.13 Desapropriação-confisco .....	457
13.8.14 Desapropriação judicial .....	458
<b>14 INTERVENÇÃO DO ESTADO DO DOMÍNIO ECONÔMICO .....</b>	<b>461</b>
14.1 Introdução .....	461
14.2 Modalidades de intervenção.....	465
14.2.1 Monopólio.....	465
14.2.2 Controle de abastecimento e tabelamento de preços.....	467
14.2.3 Repressão ao abuso do poder econômico.....	469
14.3 Atuação empresarial.....	473
14.4 Atividade de fomento.....	474
14.5 Defesa do consumidor .....	476
<b>15 IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....</b>	<b>477</b>
15.1 Introdução .....	477
15.2 Evolução histórica .....	479
15.3 Fundamento constitucional e fundamento legal (Lei 8.429/92, DL 201/67 e Lei 1.079/50) .....	480
15.4 Evolução legislativa .....	481
15.5 Conceito .....	483
15.6 Terminologia .....	484
15.7 Constitucionalidade da Lei 8.429/92 .....	485
15.8 Retroatividade da Lei 8.429/92.....	486
15.9 Independência das instâncias civil, penal e administrativa .....	487
15.10 Atos de improbidade .....	487
15.10.1 Atos que importam enriquecimento ilícito (art. 9º) .....	487
15.10.2 Atos que causam lesão ao erário (art. 10).....	489
15.10.3 Atos que atentam contra os princípios da Administração Pública (art. 11) .....	490
15.10.4 Atos legislativos e atos jurisdicionais .....	491
15.10.5 Rol exemplificativo.....	491
15.11 Elemento subjetivo: dolo ou culpa .....	492
15.12 Responsabilidade objetiva.....	494
15.13 Proibidade administrativa como interesse difuso.....	495
15.14 Sujeitos da improbidade administrativa .....	496
15.14.1 Sujeito ativo.....	496
15.14.2 Sujeito passivo .....	498
15.15 Casos concretos de improbidade .....	498
15.16 Declaração de bens .....	500
15.17 Sanções por improbidade administrativa.....	500
15.17.1 Noções preliminares .....	500
15.17.2 Natureza jurídica.....	501
15.17.3 Espécies e aplicação .....	501
15.17.3.1 Introdução.....	501
15.17.3.2 Ressarcimento ao erário .....	502
15.17.3.3 Suspensão dos direitos políticos.....	502

15.17.3.4 Perda da função pública.....	503
15.17.3.5 Indisponibilidade de bens e sequestro .....	503
15.17.3.6 Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio.....	504
15.17.3.7 Multa civil .....	505
15.17.3.8 Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios .....	505
15.17.4 Cumulação .....	505
15.17.5 Fixação e graduação.....	506
15.17.6 Momento do cumprimento .....	507
15.17.7 Inelegibilidade – “Lei da Ficha Limpa” .....	507
15.17.8 Disposições penais .....	508
15.18 Investigação .....	508
15.19 Ação civil por improbidade administrativa .....	509
15.19.1 Introdução .....	509
15.19.2 Ação civil pública e ação civil por improbidade .....	509
15.19.3 Competência.....	510
15.19.4 Legitimados ativos e rito procedimental.....	512
15.19.5 Litisconsórcio ativo entre Ministério Público e pessoa jurídica lesada .....	513
15.19.6 Petição inicial: instrução e aditamento .....	513
15.19.7 Defesa prévia e contraditório preambular .....	514
15.19.8 Juízo de prelibação: rejeição e recebimento da petição inicial .....	514
15.19.9 Extinção do processo ou trancamento através de habeas corpus .....	515
15.19.20 Afastamento cautelar .....	515
15.19.21 Prescrição .....	515
15.19.22 Transação .....	517
15.19.23 Sentença, sucumbência, recurso e execução .....	518
16 PROCESSO ADMINISTRATIVO .....	519
16.1 Introdução .....	519
16.1.1 Terminologia: processo e procedimento .....	519
16.1.2 Fundamento, finalidade e prazo .....	520
16.1.3 Princípios informadores .....	521
16.1.4 Classificação .....	523
16.1.5 Coisa julgada administrativa .....	524
16.2 Processo administrativo (Lei 9.784/99) .....	525
16.2.1 Introdução .....	525
16.2.2 Fases.....	526
16.2.3 Início do procedimento, interessados e competência.....	527
16.2.4 Impedimentos e suspeição .....	527
16.2.5 Forma, tempo, lugar e comunicação dos atos processuais .....	528
16.2.6 Instrução .....	528
16.2.7 Decisão e motivação.....	529
16.2.8 Desistência, extinção, anulação, revogação e convalidação do processo .....	530
16.2.9 Recurso administrativo, reconsideração, revisão e <i>reformatio in pejus</i> .....	530
16.2.10 Prioridade na tramitação e sanções.....	533

16.2.11 Prescrição .....	533
16.3 Processo administrativo disciplinar .....	534
16.3.1 Sindicância .....	534
16.3.2 Processo disciplinar .....	535
16.3.2.1 Introdução, conceito e fases .....	535
16.3.2.2 Inquérito administrativo .....	536
16.3.2.3 Julgamento .....	536
16.3.3 Verdade sabida e termo de declarações .....	537
16.3.4 Independência das instâncias administrativa e penal .....	538
16.3.5 Recurso e revisão .....	538
16.3.6 Prescrição .....	539
16.3.7 Sanções e afastamento preventivo .....	539
16.3.8 Extinção da penalidade .....	541
16.3.9 Responsabilidade civil do servidor .....	542
16.4 Processo administrativo tributário .....	542
17 CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	545
17.1 Dos crimes e das penas .....	545
17.2 Do processo e do procedimento .....	549
18 RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO .....	551
18.1 Noções introdutórias sobre responsabilidade civil .....	551
18.1.1 Conceito, evolução histórica e pressupostos .....	551
18.1.2 Classificação .....	552
18.1.3 Independência das instâncias cível e penal .....	552
18.1.4 Excludentes da responsabilidade civil: causalidade e ilicitude .....	553
18.2 A responsabilidade civil extracontratual do Estado .....	554
18.2.1 Conceito .....	554
18.2.2 Teorias fundamentadoras .....	554
18.2.3 Evolução legislativa no Brasil .....	556
18.2.4 Responsabilidade objetiva .....	557
18.2.5 Responsabilidade subjetiva: omissão estatal .....	558
18.2.6 Responsabilidade por atos legislativos .....	560
18.2.7 Responsabilidade por atos jurisdicionais .....	560
18.2.8 Solidariedade e subsidiariedade .....	561
18.2.8 Ação regressiva e denunciação da lide .....	562
18.2.9 Prescrição .....	563
19 CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	565
19.1 Sistemas de controle .....	565
19.2 Sistema brasileiro de controle .....	567
19.2.1 Fundamento .....	567
19.2.2 Tipos de controle .....	568
19.2.3 Controle interno .....	568

19.2.4 Controle externo.....	569
19.2.4.1 Controle popular .....	569
19.2.4.2 Controle parlamentar .....	571
19.2.4.3 Controle judicial.....	573
19.2.5 Habeas corpus .....	574
19.2.5.1 Fundamento, conceito, natureza jurídica e espécies .....	574
19.2.5.2 Legitimidade ativa e passiva .....	575
19.2.5.3 Coação ilegal .....	575
19.2.5.4 Restrições: estado de sítio e transgressões disciplinares .....	576
19.2.5.5 Competência, impetração, processamento, liminar, julgamento e recursos .....	576
19.2.6 Habeas data.....	577
19.2.6.1 Origem e fundamento .....	577
19.2.6.2 Conceito, objeto e direito tutelado .....	577
19.2.6.3 Casos concretos de impetração.....	578
19.2.6.4 Procedimento extrajudicial .....	579
19.2.6.5 Ação e processo .....	580
19.2.6.5.1 Legitimidade ativa, legitimidade passiva e Ministério Público.....	580
19.2.6.5.2 Competência.....	581
19.2.6.5.3 Petição inicial .....	581
19.2.6.5.4 Liminar, sentença, recursos e execução .....	582
19.2.6.5.5 Gratuidade, prioridade, prazo para impetração e aplicação subsidiária do CPC.....	582
19.2.7 Ação popular .....	583
19.2.7.1 Evolução legislativa, fundamento e importância .....	583
19.2.7.2 Objeto, nulidade, anulabilidade e lesividade .....	584
19.2.7.3 Patrimônio público .....	585
19.2.7.4 Ação popular e outras ações.....	586
19.2.7.5 Direitos difusos.....	586
19.2.7.6 Competência.....	587
19.2.7.7 Partes .....	588
19.2.7.7.1 Legitimidade ativa .....	588
19.2.7.7.2 Legitimidade passiva .....	589
19.2.7.7.3 Ministério Público .....	590
19.2.7.7.4 Litisconsórcio e assistência.....	590
19.2.7.8 Rito procedimental.....	591
19.2.7.8.1 Rito ordinário, condições da ação e desistência .....	591
19.2.7.8.2 Petição inicial – requerimento de certidões e despacho .....	591
19.2.7.8.3 Liminar e suspensão da liminar .....	592
19.2.7.8.4 Custas, preparo e sucumbência.....	592
19.2.7.8.5 Contestação e reconvenção .....	592
19.2.7.8.6 Sentença .....	593
19.2.7.8.7 Recursos e execução.....	593
19.2.7.8.8 Prescrição e aplicação subsidiária do CPC.....	594
19.2.8 Ação civil pública.....	594
19.2.8.1 Tutela coletiva: evolução legislativa e fundamento.....	594



19.2.8.2 Objeto .....	596
19.2.8.3 Direitos difusos, direitos coletivos e direitos individuais homogêneos .....	597
19.2.8.4 Legitimidade ativa, litisconsórcio ativo e legitimidade passiva .....	598
19.2.8.5 Competência e litispendência .....	600
19.2.8.6 Liminar, suspensão da liminar e vedações à concessão.....	601
19.2.8.7 Instrução, prova e reconvenção .....	601
19.2.8.8 Sentença, recurso e execução .....	602
19.2.8.9 Fundo .....	602
19.2.8.10 Custas e litigância de má-fé .....	603
19.2.8.11 Prescrição.....	603
19.2.8.12 Aplicação do CPC e do CDC.....	604
19.2.8.13 Inquérito civil .....	604
19.2.8.14 Compromisso de ajustamento de conduta e transação.....	605
19.2.9 Mandado de injunção .....	606
19.2.9.1 Antecedentes, fundamento, conceito e objeto .....	606
19.2.9.2 Pressupostos da impetração.....	607
19.2.9.3 Procedimento .....	608
19.2.9.3.1 Autoaplicabilidade, natureza jurídica e rito procedimental .....	608
19.2.9.3.2 Legitimidade ativa e legitimidade passiva .....	609
19.2.9.3.3 Intervenção de terceiros e Ministério Público.....	609
19.2.9.3.4 Competência .....	610
19.2.9.3.5 Petição inicial, informações e liminar .....	610
19.2.9.3.6 Sentença .....	610
19.2.9.3.7 Recursos e execução.....	612
19.2.9.3.8 Outras questões procedimentais .....	612
19.2.9.4 Mandado de injunção e ação direta de inconstitucionalidade por omissão .....	613
19.2.9.5 Mandado de injunção coletivo .....	613
19.2.10 Mandado de segurança .....	614
19.2.10.1 Introdução .....	614
19.2.10.2 Evolução legislativa e fundamento .....	614
19.2.10.3 Conceito, objeto, espécies e caráter residual.....	615
19.2.10.4 Pressupostos constitucionais .....	616
19.2.10.5 Restrições à impetração .....	616
19.2.10.6 Aplicação subsidiária do CPC .....	617
19.2.10.7 Natureza jurídica, pressupostos processuais, condições da ação e desistência da ação .....	618
19.2.10.8 Petição inicial.....	619
19.2.10.9 Despacho inicial do juiz e indeferimento da inicial .....	619
19.2.10.10 Notificação, informações e liminar.....	620
19.2.10.11 Suspensão da segurança: liminar e sentença.....	621
19.2.10.12 Prazo para impetração e honorários advocatícios .....	621
19.2.10.13 Sentença e recursos.....	622
19.2.10.14 Execução da sentença e sanções .....	623
19.2.10.15 Mandado de segurança coletivo .....	623

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....627

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO.....635